

Sarney proíbe novas nomeações

Serviço público sofrerá redução nos próximos 6 meses

Ao assinar ontem um decreto prorrogando por mais seis meses o prazo de proibição de nomeações no Serviço Público Federal, o presidente José Sarney eliminou a possibilidade de crescimento do quadro de pessoal na Administração Pública, "até que pelo menos se faça o remanejamento, já autorizado, e no qual vamos apurar onde há funcionários em excesso para transferir para onde há carência de servidores". A afirmação é do ministro da Administração, Aluizio Alves, que acredita que as medidas tomadas pelo Presidente da República terão "uma saudável repercussão" na Administração Pública Federal.

REDUÇÃO

Para o Ministro, a redução das despesas de pessoal nas empresas estatais — 10 por cento — e a limitação de horas extras seguem a mesma filosofia de

Governo do presidente José Sarney que pretende dar prioridade às áreas social e econômica. Quanto ao novo pacote fiscal, Aluizio Alves não quis fazer qualquer comentário, alegando desconhecimento das medidas anunciadas.

Ele comentou, ainda, o decreto que limita o uso dos carros oficiais de representação por ministros de Estado, secretários-gerais dos ministérios, presidentes de autarquias e a dirigentes de órgãos autônomos, dizendo que ele evitaria os abusos que vêm ocorrendo. Com este decreto, o Governo reduzirá em 60 por cento a frota de 2.389 carros de representação. Afirmando também que está estudando uma solução para os veículos de serviço — cerca de 30 mil no País — que será dada "dentro da mesma orientação do presidente José Sarney para eliminar todas as despesas supérfluas ou excessivas".